

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 13º andar
Cj 1308 - Vila do Golf, Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui registrado na rubrica “Ativos fiscais diferidos”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 251.136 mil (247.910 em 2018). Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior neste montante nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, em 10 de outubro de 2018, as empresas do Grupo Heber (Heber Participações S.A., as controladas diretas Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Compacto Participações S.A., as controladas indiretas Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SPMAR S.A. e as “irmãs” Comapi Agropecuária S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.) tiveram o pedido de Recuperação homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Somado a Recuperação Judicial, a Companhia vem incorrendo em prejuízos de R\$ 351.449 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 293.270 mil em 31 de dezembro de 2018), o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 44 mil (R\$ 1.267.750 mil em 31 de dezembro de 2018).

A continuidade operacional da Companhia depende de a capacidade da Administração executar os planos da Recuperação Judicial. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 04 de março de 2020



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	174.998	119.234
Contas a receber	6	20.613	19.634
Despesas antecipadas	-	3.029	3.207
Impostos a recuperar	-	2.678	1.067
Adiantamento a fornecedores	8	18.756	46.795
Outras contas a receber	-	240	240
Total do ativo circulante		<u>220.314</u>	<u>190.177</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	7.145	7.144
Ativos fiscais diferidos	9	251.136	247.910
		<u>258.281</u>	<u>255.054</u>
Imobilizado	10	11.171	9.638
Intangível	11	3.350.793	3.404.332
		<u>3.361.964</u>	<u>3.413.970</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.620.245</u>	<u>3.669.024</u>
Total do ativo		<u><u>3.840.559</u></u>	<u><u>3.859.201</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	145.035	1.335.047
Fornecedores e outras contas a pagar	13	48.184	33.024
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	8.512	7.605
Obrigações fiscais	14	18.344	34.470
Provisão para manutenção	15	44.239	47.781
Total do passivo circulante		<u>264.314</u>	<u>1.457.927</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	3.491.697	1.987.432
Provisão para manutenção	15	35.231	19.843
Provisão para contingência	16	18.122	13.399
Obrigações fiscais	14	48.566	46.522
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	71.288	71.288
Total do passivo não circulante		<u>3.664.904</u>	<u>2.138.484</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.439.261	1.439.261
Prejuízos acumulados		(1.527.920)	(1.176.471)
		<u>(88.659)</u>	<u>262.790</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>3.840.559</u>	<u>3.859.201</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas	18	354.606	292.087
Custos dos serviços prestados	19	(320.144)	(234.465)
Resultado bruto		<u>34.462</u>	<u>57.622</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(38.824)	(27.652)
Outras despesas	20	74	100
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(4.288)</u>	<u>30.070</u>
Resultado financeiro	21	(350.387)	(330.011)
Resultado antes dos impostos		<u>(354.675)</u>	<u>(299.941)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.226	6.671
Resultado do exercício		<u>(351.449)</u>	<u>(293.270)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado do exercício	(351.449)	(293.270)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(293.270)</u>	<u>(293.270)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Social		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(883.201)	556.060
Prejuízo do período	-	-	-	(293.270)	(293.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(1.176.471)	262.790
Prejuízo do período	-	-	-	(351.449)	(351.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(1.527.920)	(88.659)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(351.449)	(293.270)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	128.927	127.023
Provisão para manutenção	9.596	12.630
Provisão para contingência	4.723	3.260
Juros sobre empréstimos e financiamentos	314.302	326.333
Ajuste a valor presente	2.250	1.914
Impostos diferidos	(3.226)	(6.671)
	<u>105.123</u>	<u>171.219</u>
Contas a receber	(979)	235
Impostos a recuperar	(1.611)	(519)
Despesas antecipadas	178	222
Adiantamento a fornecedores	28.039	(39.363)
Outros recebíveis	-	6
Depósitos judiciais	(1)	(22)
Fornecedores e outras contas a pagar	15.160	11.702
Obrigações trabalhistas e sociais	907	(1.731)
Obrigações fiscais	(14.082)	(11.869)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>132.734</u>	<u>129.880</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(3.697)	(73)
Intangível	(73.224)	(29.414)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(76.921)</u>	<u>(29.487)</u>
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Pagamento de juros e principal empréstimos	(49)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	<u>(49)</u>	<u>-</u>
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>55.764</u>	<u>100.393</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119.234	18.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	174.998	119.234
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>55.764</u>	<u>100.393</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR é uma Companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel “Mário Covas”. A Companhia é responsável pela administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel – “Mário Covas” foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Trechos da concessão

Rodoanel – Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá – SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt – no entroncamento com o Trecho Oeste – interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel – Trecho Leste

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital de R\$ 1.445.031.

1.1. Pedido de Recuperação Judicial

O Grupo Heber apresentou em 15 de agosto de 2017, pedido de Recuperação Judicial à Justiça do Estado de São Paulo envolvendo as empresas Heber Participações S.A., Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Compacto Participações S.A., Comapi Agropecuária S.A., Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SP Mar S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.

A homologação do pedido de Recuperação Judicial promulgado pelo juiz ocorreu em 24 de agosto de 2017. O plano de Recuperação Judicial foi protocolado no judiciário em 31 de janeiro de 2018 e retificado em 16 de fevereiro de 2018. O plano em discussão teve sua aprovação em 18 de setembro de 2018 e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 10 de outubro de 2018.

Assim, todos os créditos foram novados pelo PRJ e seus respectivos anexos, nos termos do artigo nº 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante a referida novação, e saldo se expresso de forma diversa no PRJ, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com o PRJ e anexos deixarão de ser aplicáveis.

Para análise da capacidade e dos prazos de pagamento da dívida, os credores foram segregados em classes nos seguintes valores, atualizados conforme quadro abaixo., com base na listagem do Administrador Judicial disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 10 de outubro de 2018:

Classe	Descrição	Valores expresso em milhares de reais			
		AGC	Deságio	Valor Líquido	Valor Atualizado (a)
Classe I	Credores trabalhistas	1.284	575	709	462
Classe III	Interrcompany	11.544	-	11.544	12.371
Classe III	Credores quirografários	21.498	-	21.498	29.822
Classe IV	Credores ME/EPP	2.557	-	2.557	2.882
		36.883	575	36.308	45.536

(a) Valor atualizado até o fim do fluxo previsto de pagamentos da Recuperação Judicial.

A Administração da Companhia calculou o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) – custo médio ponderado de capital – em 12,81% a.a. Desta forma, o valor presente dos pagamentos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$29.032.

Esta iniciativa é o melhor caminho para que o Grupo Heber garanta a integridade de seus ativos e possa renegociar cerca de R\$ 7 bilhões de dívidas.

As dificuldades do Grupo Heber começaram em 2014 com o agravamento da crise econômica que vem assolando o País, em especial no setor de infraestrutura, com redução expressiva de novos projetos e custo mais elevado para rolagem de dívidas. Além disso, foram efetuados pesados investimentos para a construção do Trecho Leste do Rodoanel Mario Covas em São Paulo (houve várias interferências e sujeições imprevistas que não constavam no projeto licitado) e para a operação dos Trechos Sul e Leste deste importante arco rodoviário (com menos praças de pedágio do que as estabelecidas no contrato de concessão); os resultados são custos maiores e menos receitas.

O Grupo Heber contará com a assessoria jurídica do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzweil Advogados, e com assessoria financeira da Galeazzi & Associados

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 04 de março de 2020.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 9** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 16** – Provisão para contingência.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

i - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

ii - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

i - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

ii - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para os ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 21).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 17.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente a escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de informática	05
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Intangível em rodovia	35

Conforme previsto no ICPC 01(R1) – “Contratos de concessão” e no contrato de concessão, todo esse investimento realizado no período de exploração da concessão deverá retornar ao órgão concedente ao final do contrato, ou seja, a vida útil dos ativos (registrado como ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1)), deverá ser amortizado ao longo do contrato. De acordo com a Orientação OCPC 05 – “Contratos de concessão”, a Companhia optou por amortizar esse montante de forma linear, entendendo que a adoção pela estimativa da curva de demanda não ser a mais adequada as circunstâncias, visto que não reflete o real consumo do ativo ao longo do tempo.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Receitas

Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – “Contratos de concessão”, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde à receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo.

A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam aos impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado.

A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 16,69% a.a.;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

3.1. Novos pronunciamentos

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados em e a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou os efeitos que essas normas e interpretações tiveram nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações, a saber:

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo dos dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

A Administração não identificou impactos relevantes decorrentes dessa alteração.

IFRIC 23 – Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

A Administração não identificou impactos relevantes decorrentes dessa alteração.

Não existem outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	1	1
Saldos bancários	664	299
Fundo de troco (a)	1.344	1.366
Aplicações financeiras (b)	172.989	117.568
	174.998	119.234

- (a) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;
- (b) Aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal remunerada a 100% da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

6. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos a receber	2.820	2.812
Cupons de pedágio a receber	397	408
Pedágio eletrônico a receber	17.396	16.414
	20.613	19.634

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2019, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

7. Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em recuperação judicial e a controladora final é a Contern Construções e Comércio Ltda. - em Recuperação Judicial.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Salários, ordenados e pró-labore	1.680	1.867
Vale-refeição	98	107
	1.778	1.974

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes aos benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Vale-refeição	2.954	2.847
Assistência médica	4.536	3.643
Vale-transporte	500	446
Outros	414	316
	8.404	7.252

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial	-	-	71.288	71.288	-
Clientes					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	36	36	-	-	-
Adiantamento a fornecedores					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial	809	12.621	-	-	-
Adiantamento de clientes					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	-	-	3.487	11.463	-

- (a) Os saldos são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços.

8. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de viagem	30	22
Adiantamento a empregados	192	153
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial	809	12.621
Davante Participações S.A.	12.950	24.407
Adiantamento a fornecedores nacionais	4.775	9.592
	18.756	46.795

9. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício antes dos impostos	(354.675)	(299.941)
Alíquota nominal (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(120.590)	(101.980)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias	(9.644)	(951)
Diferenças permanentes	25.166	30
Prejuízo fiscal e base negativa	(105.068)	(102.901)
Imposto diferido	3.266	6.671
Alíquota efetiva de impostos (%)	-0,91%	-2,22%

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões diversas	6.162	-	-	4.556	1.606	(3.260)
Provisão para manutenção (a)	37.815	25.826	-	-	11.989	(12.630)
Amortização - ICPC01 (b)	152.359	150.061	-	-	2.298	3.291
AVP Provisão de manutenção (c)	-	-	(2.069)	(2.834)	765	(1.914)
Depreciações - ICPC01 (d)	-	-	(125.934)	(112.502)	(13.432)	1.123
Pagamento impostos (f)	-	-	-	-	-	20.061
Prejuízo fiscal e base negativa (e)	182.803	182.803	-	-	-	-
Total de impostos diferidos	379.139	358.690	(128.003)	(110.780)	3.226	6.671

- (a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;
- (b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;
- (c) O Ajuste a Valor Presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;
- (d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;
- (e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

- (f) Diante das regras determinadas pela Receita Federal do Brasil nas modalidades do programa de parcelamento de impostos, a SPMAR optou em pagar a entrada dos valores nos termos do Arto 2º Inciso II da MP 766/17, ou seja, pagamento em espécie, de no mínimo, 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base negativa da CSCL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Desta forma a SPMAR utilizou o valor R\$ 12.085 de impostos diferidos para o abatimento de imposto próprios, e R\$ 7.976 para o abatimento da Contern Construções e Comércio Ltda.

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2019 Líquido	31/12/2018 Líquido
Imobilizado da administração	10% a 20%	21.177	(10.006)	11.171	9.638
		21.177	(10.006)	11.171	9.638

Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições/(baixas)	31/12/2018	Adições/(baixas)	31/12/2019
Imobilizado da administração	17.407	73	17.480	3.697	21.177
	17.407	73	17.480	3.697	21.177

Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Imobilizado da administração	(6.010)	(1.832)	(7.842)	(2.164)	(10.006)
	(6.010)	(1.832)	(7.842)	(2.164)	(10.006)

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2019 Líquido	31/12/2018 Líquido
Intangível de construção	2,86%	3.489.787	(436.711)	3.053.076	3.095.485
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(98.254)	291.054	302.177
Software	2,86%	8.665	(2.002)	6.663	6.670
		3.887.760	(536.967)	3.350.793	3.404.332

Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições/Baixas	31/12/2018	Adições/Baixas	31/12/2019
Intangível de construção	3.388.213	28.676	3.416.889	72.898	3.489.787
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	7.601	738	8.339	326	8.665
	3.785.122	29.414	3.814.536	73.224	3.887.760

Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Intangível de construção	(207.673)	(113.731)	(321.404)	(115.307)	(436.711)
Intangível de outorga	(76.008)	(11.123)	(87.131)	(11.123)	(98.254)
Software	(1.332)	(337)	(1.669)	(333)	(2.002)
	(285.013)	(125.191)	(410.204)	(126.763)	(536.967)

A Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

12. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2019	31/12/2018
Repasso BNDES	TJLP + 2% a.a.	2.540.294	2.307.253
Capital de giro	120% do CDI	1.096.438	1.015.226
		3.636.732	3.322.479
Circulante		145.035	1.335.047
Não circulante		3.491.697	1.987.432

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2019	2018
Saldos iniciais	3.322.479	2.996.146
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	-	-
Pagamentos de juros	(49)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		2.996.146
Outras variações		
Despesas de juros	314.302	326.333
Saldos finais	3.636.732	3.322.479

	31/12/2019	31/12/2018
2020	92.647	197.640
2021	156.935	197.640
2022	211.869	197.640
2023	250.054	197.640
2024	268.723	197.640
2025	257.348	197.640
2026 (+)	2.254.121	801.592
	3.491.697	1.987.432

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que entre si celebraram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações, realizada em 15 de março de 2013.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia celebrou aditamento ao contrato de financiamento mediante repasse, que alterou os prazos contratuais, alongando o período de carência e amortização para as seguintes datas:

- a) **Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2020.
- b) **Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente entre 15 de setembro de 2020 e 15 de dezembro de 2022.
- c) **Amortização de principal e juros:** o principal da dívida decorrente deste contrato bem como os juros do período de março de 2023 até junho de 2032, referente a todos os subcréditos serão pagos mensalmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor.

Os contratos de capital de giro, também foram aditados em 21 de dezembro de 2019, alongando o prazo de carência e amortização da dívida para as seguintes datas:

- a) **Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2032.
- b) **Amortização de principal e juros:** o principal da dívida decorrente deste contrato bem como os juros do período de setembro de 2033 até Dezembro de 2045, referente a todos os subcréditos serão pagos mensalmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor.

Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste CONTRATO, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:

- **Garantias Reais** - alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
 - ii) cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes da Concessão e Outras Avenças.
- **Fiança** - as intervenientes anuentes - fiadoras, CIBE Investimentos e Participações S.A., Contem Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., citadas no preâmbulo deste Contrato (i) aceitam o presente contrato na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidação deste contrato; e (ii) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do código civil;
- **Contrato suporte de acionistas** - as acionistas celebrarão contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada;
- **Seguros** - a beneficiária contratará seguros nas modalidades Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil, Seguro Garantia – Funções de Ampliação e Seguro Garantia – Funções Operacionais.
- **Covenants financeiros**– O Contrato prevê o cumprimento de covenants financeiros os quais serão exigíveis a partir do encerramento do exercício de 2026.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais diversos	35.423	18.624
Seguros a pagar	2.029	2.701
Ônus variável a pagar	385	1.243
Outras contas a pagar	10.347	10.456
	48.184	33.024

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

14. Obrigações fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
Cofins	928	835
PIS	199	180
ISS	4.066	25.299
IRRF	121	80
CSSL	43	18
Parcelamento federal	32.456	36.030
Parcelamento municipal	29.097	18.550
Outros	-	-
	66.910	80.992
Circulante	18.344	34.470
Não circulante	48.566	46.522

15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica - OCPC 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 79.470 e está demonstrado a seguir:

	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Realizações	31/12/2019
Provisão para manutenção - circulante	24.193	25.874	50.067	23.222	(25.664)	47.625
AVP - provisão para manutenção	(3.097)	811	(2.286)	(1.100)	-	(3.386)
	21.096	26.685	47.781	22.122	(25.664)	44.239
Provisão para manutenção - não circulante	39.134	(13.244)	25.890	12.038	-	37.928
AVP - provisão para manutenção	(7.150)	1.103	(6.047)	3.350	-	(2.697)
	31.984	(12.141)	19.843	15.388	-	35.231
	53.080	14.544	67.624	37.510	(25.664)	79.470

16. Provisão para contingências

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível, trabalhista e administrativa, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R\$ 18.122 (R\$ 13.399 em 31 de dezembro de 2018). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 103.359 (R\$457.571 em 31 de dezembro de 2018), a Administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão.

Processos administrativos – ARTESP

No curso normal de suas operações, a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/Artesp/2011 emitiu diversas notificações de infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da Artesp. Assim, encontram-se em discussão na Artesp, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias que totalizavam, em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado de R\$ 72.823 (R\$63.164 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia e seus Assessores jurídicos classificaram a possibilidade de perdas da seguinte forma, R\$13.776 (R\$0,00 em 31 de dezembro de 2018) como provável, R\$ 43.008 (R\$0,00 em 31 de dezembro de 2018) como possível e R\$ 16.039 (R\$63.164 em 31 de dezembro de 2018) como remota.

Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2018), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84
Toniolo, Busnello S.A.	3,16
	100

Em 28 de junho de 2012, através de ata da assembleia geral extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Em 28 de dezembro de 2012, através de ata da assembleia geral extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R\$ 11.035.

Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações.

Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações.

Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

17. Receitas

	31/12/2019	31/12/2018
Pedágio em numerário	80.530	77.452
Pedágio por equipamentos eletrônicos	207.225	190.311
Vale pedágio	10.108	10.637
Pedágio em cupons	6.921	6.556
Receita de construção (a)	72.898	28.676
Receitas acessórias (b)	3.773	3.518
Deduções de receita	(26.849)	(25.063)
	354.606	292.087

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;

(b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

18. Gastos por natureza

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(27.533)	(5.020)	(32.553)	(25.546)	(5.146)	(30.692)
Provisão para manutenção (b)	(35.260)	-	(35.260)	(12.630)	-	(12.630)
Custo de construção (a)	(72.898)	-	(72.898)	(28.676)	-	(28.676)
Serviços de terceiros	(32.072)	(16.196)	(48.268)	(21.597)	(8.137)	(29.734)
Materiais/equipamentos/veículos	(16.950)	(658)	(17.608)	(12.713)	(694)	(13.407)
Poder concedente (c)	(4.628)	-	(4.628)	(4.327)	-	(4.327)
Depreciação e amortização (d)	(125.307)	(3.620)	(128.927)	(123.401)	(3.622)	(127.023)
Provisão de contingência	-	(4.723)	(4.723)	-	(3.260)	(3.260)
Outros	(5.496)	(8.607)	(14.103)	(5.575)	(6.793)	(12.337)
	(320.144)	(38.824)	(358.968)	(234.465)	(27.652)	(262.117)

- (a)** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços e reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados;
- (b)** Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da Artesp;
- (c)** Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
- (d)** A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

19. Outras despesas

	31/12/2019	31/12/2018
Receita venda imobilizado	80	-
Custo imobilizado	(13)	-
Sinistros recebidos	7	69
Outros	-	31
	74	100

20. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	6.546	3.157
Descontos obtidos	69	-
Juros ativos	260	105
	6.875	3.262
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(102)	(1)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(314.302)	(326.333)
AVP - provisão para manutenção	(2.205)	(1.914)
Juros passivos	(15.611)	(4.770)
Despesa bancárias	(6.967)	(255)
Outras	(18.075)	-
	(357.262)	(333.273)
Resultado financeiro líquido	(350.387)	(330.011)

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2019
Riscos operacionais	Riscos operacionais	981.400
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	88.180

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

22. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2019 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

23. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.a.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- **Contas a receber de clientes:** as contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para perda de crédito esperada;
- **Fornecedores nacionais:** os valores reconhecidos representam a parcela em reais dos valores de aquisição das mercadorias;
- **Partes relacionadas a receber/pagar:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado;
- **Empréstimos e financiamentos:** os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis.

* * *